

O Militante

GES
PCP

BOLETIM DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

A GREVE DOS FERROVIÁRIOS UMA EXPERIÊNCIA RICA DE ENSINAMENTOS PARA A LUTA DOS TRABALHADORES

A greve de uma hora desencadeada pela classe ferroviária no dia 20 de Outubro, a qual teve a adesão quase unânime dos ferroviários em serviço na altura da greve, abrangeu em todo o país mais de 12.000 trabalhadores.

Esta acção culmina um ano de luta sempre em ascensão, tomando as mais diversas formas, comportando um conjunto de experiências de muito interesse, não só para os ferroviários como para todos os trabalhadores portugueses.

O avanço da luta, passando de formas simples e maleáveis (abaixo-assinados, telegramas, cartas, etc.), para formas mais combativas e dinâmicas, tais como concentrações e amplas reuniões, foi forjando progressivamente a unidade da classe.

O «luto ferroviário», levado a efeito nos princípios de 1969, foi já uma forma de luta de tipo superior em que a massa dos ferroviários teve um papel activo e demonstrou uma forte vontade combativa. Da experiência desta acção,

dos seus aspectos positivos e negativos, da sua importância para a continuidade da luta, tratou «O Militante» de Fevereiro de 1969 no artigo: «A luta dos ferroviários — balanço duma fase do seu movimento reivindicativo». Assim assinalávamos que as principais deficiências então verificadas no movimento ferroviário era a debilidade da organização e certa falta de espírito de decisão e audácia, da parte dos dirigentes da classe, para passar a formas superiores de luta no momento em que as massas manifestavam já forte disposição para se lançar nelas.

Os acontecimentos posteriores mostraram que os ferroviários souberam aprender com os ensinamentos da própria luta.

O I Encontro Nacional dos Ferroviários, levado a efeito pouco tempo depois, foi um passo em frente muito importante para a estruturação do movimento, para uma melhor direcção e para superar o atraso verificado noutros aspectos.

A luta ganha novas formas e maior amplitude

Como ponto de viragem para a acção da classe sob novas formas, é de destacar a concentração de 30 de Abril, de cerca de 1.000 operários e empregados das oficinas e movimento do Barreiro, junto da sede do sindicato do Sul. Nesta concentração os ferroviários exigem que os dirigentes do sindicato dêem conhecimento à classe da marcha das negociações com o governo e a CP para a revisão do Acordo Colectivo de Trabalho que se arrastavam já haviam longos meses.

A concentração do Barreiro mostrou a pos-

sibilidade de organizar grandes acções parciais da classe junto dos diversos sindicatos e, assim, dar experiência prática às massas para acções mais gerais e de maior envergadura.

Como a maioria dos dirigentes dos sindicatos, de convicção com a CP e o governo, continuassem surdos aos protestos dos trabalhadores, às suas diversas manifestações e reclamações (os sindicatos do Norte dizem não poder romper o segredo), a classe, através dos seus dirigentes, decide promover uma nova e grande concentração, desta vez em Lisboa, junto



da União dos Sindicatos Ferroviários, a qual foi convocado para 2 de Agosto de 1969.

Nesta concentração, promovida por iniciativa da Comissão Nacional dos Ferroviários e Comissões de Zona de Lisboa, do Entroncamento e do Barreiro, estiveram presentes mais de mil ferroviários das três zonas referidas. Esta iniciativa foi precedida duma cuidadosa organização e forte agitação. As forças repressivas, que já haviam intervido durante a concentração do Barreiro, apresentaram-se agora com grande aparato. Forças da PSP e agentes da PIDE ocuparam a sede do sindicato, a praça dos Restauradores e suas imediações, tentando impedir a concentração dos ferroviários. Estes não se intimidaram e, forçando os cordões policiais, cerca de 500 conseguem chegar à sede do sindicato onde se manifestaram. No decorrer de vários choques com a polícia são feitas duas prisões que se

mantiveram apenas durante duas horas devido à intervenção e vigilância da classe que exigiu a libertação dos companheiros.

Impedidos de chegarem ao sindicato e de serem recebidos pelos dirigentes deste, como reclamavam, uma parte dos manifestantes, em número de 500, concentraram-se na Avenida da Liberdade onde desfilar exibindo cartazes contendo as suas principais reivindicações, tais como: «Aumento de vencimentos de 1.000\$00!»; «Horário de trabalho humano!»; «Sindicatos que defendam os interesses dos ferroviários!»; «Discussão do projecto de A.C.T. pela classe!», etc.

A PSP e a Pide, desfazem brutalmente a manifestação, mas os valentes ferroviários dão mais um importante passo no reforço da unidade da classe e ganham nova experiência para o prosseguimento da luta pelas suas reivindicações sob novas formas.

Na greve de 20 de Outubro, a organização foi o factor decisivo do êxito alcançado

Nos primeiros dias de Setembro de 1969 realizou-se uma reunião nacional dos ferroviários. Nela estiveram presentes, segundo o comunicado divulgado, representantes da Comissão Nacional dos ferroviários, das Comissões Regionais, do Norte e do Sul, das Comissões de zona do Entroncamento e de Lisboa e da Comissão do Barreiro. Participaram também muitos activistas da classe. Nesta reunião, os ferroviários procederam ao balanço da sua luta, tendo decidido reforçar a sua organização e preparar acções mais enérgicas «com mais e maiores concentrações, manifestações, trabalho lento, paralizações, etc.», segundo os termos do referido comunicado.

Foi criado nesta reunião um Conselho geral da Classe Ferroviária com representação nacional e constituído um Secretariado Permanente, com o objectivo de garantir a ligação entre todos os membros do Conselho.

Assinado pelo Conselho Geral é publicado um «apelo aos ferroviários», onde são desmascarados os dirigentes sindicais pela sua posição de desprezo pela opinião da classe e de colaboracionismo com os propósitos do governo e da CP de enganarem os trabalhadores, fazendo arrastar às escondidas destes as negociações para a revisão do ACT. O apelo termina com um incitamento à unidade e combatividade da classe para prosseguir, sob novas formas, a luta pelas suas reivindicações.

A 12 de Outubro, realiza-se no Barreiro o II Encontro Nacional no qual foi decidida a greve nacional dos ferroviários. Estiveram presentes mais de 100 profissionais de vários pontos do país, representando as mais variadas profissões e categorias da classe ferroviária, incluindo uma representação do pessoal dos escritó-

rios dos Serviços Centrais. Neste encontro foram estudadas as modalidades da greve de acordo com a heterogeneidade de profissões e situações dos profissionais que constituem a classe ferroviária. Foi decidido que a greve seria um aviso ao governo e à CP, mostrando que a classe estava determinada a fazer-se ouvir de qualquer maneira. *A classe ferroviária reclama um amplo debate do projecto de ACT, antes de este ser assinado em definitivo, nas suas costas, como pretendem o Governo e a CP.*

Desconhecemos ainda alguns pormenores desta importante luta. Sabe-se, contudo, que nas oficinas, a greve foi total no Barreiro, no Entroncamento, em Santa Apolónia, em Campolide e na Cruz da Pedra, assim como nas oficinas da Figueira da Foz. Nas estações, foi total no Rossio, em todas as suas secções (escritórios, armazéns, despachos, cargas e descargas, bilheteiras, revisão, etc.). Em toda a linha de Sintra a greve foi geral, abrangendo, além do Rossio, as estações de Campolide, de Benfica, da Amadora, de Queluz, do Cacém, de Algueirão e de Sintra.

A hora marcada 15,00 horas os comboios ficaram retidos nas estações, não houve partidas e os que se encontravam em circulação abrandavam a marcha e imobilizavam-se na estação imediata. Durante a hora de greve as bilheteiras fecharam, não se vendiam bilhetes.

A Pide, que ocupou alguns comboios e estações principais, fez grandes esforços para impedir a greve ou limitar a sua amplitude. Em Santa Apolónia, por exemplo, foi a Pide que ao lado do chefe da estação obrigou este a dar a partida a dois comboios para o Entroncamento.

No Sul, a greve foi seguida totalmente no Barreiro, Palmela, Moura e parcialmente nas esta-

ções de Alhos Vedros, Casa Branca, Beja e outras.

Para o Norte, saltando ainda elementos de avaliação, sabe-se que fizeram greves as estações de Braço de Prata, Vila Franca, Entroncamento (parcial), Coimbra-B, Alfaias e toda a linha da Beira Alta, Viseu, Rodão, Castelo Branco, Gaia, Braga e diversas outras estações do Minho. No Porto, sabe-se que houve adesões em grau que se desconhece neste momento. O mesmo se pode dizer de Coimbra, Ovar e Pampilhosa.

No Rossio, em Lisboa a greve atingiu o mais expressivo significado, tanto no que se refere à unidade da classe ferroviária como à unidade entre os ferroviários e o povo, a qual se manifestou na concentração e manifestação conjunta na

gare do Rossio durante a hora da greve. Com efeito, durante a greve, todos os ferroviários desta estação abandonaram os locais de trabalho e concentraram-se na gare dando apoio aos seus colegas (máquinistas, agulheiros, expedidores, etc.) que numa situação individual, tinham de decidir, por si, uma tomada de posição decisiva para o êxito da luta. O público juntou-se aos ferroviários e em conjunto, mais de 2.000 pessoas viveram emocionadamente a hora da greve. Quando esta chegou a bom termo ouviu-se uma grande ovação e todos batiam palmas de contentamento. Havia quem chorasse de emoção. As massas populares compreenderam o significado político da greve e aplaudiram-na.

O enquadramento da greve no momento político

As «notas» publicadas, quer pelo governo quer pela CP, caluniando os ferroviários, tentando deturpar o sentido da sua luta e a justeza dos seus objectivos, disfarçam mal o embaraço do governo e da companhia pela greve nacional dos ferroviários. Com efeito, ela surge no momento em que os trabalhadores e os democratas reclamavam por todo o país o reconhecimento do direito à greve como uma das principais reivindicações democráticas dos trabalhadores. O governo não consegue negar a justeza da luta, o facto dos ferroviários serem os trabalhadores mais mal pagos do país. Fica desarmado ante a unidade, disciplina e determinação de luta dos ferroviários.

O momento político que se vivia era extremamente favorável à luta dos trabalhadores. Os ferroviários souberam aproveitá-lo de forma inteligente e oportuna.

Colocado já numa posição defensiva perante o desenvolvimento das acções políticas da Oposição Democrática, em plena campanha «eleitoral» para a «eleição» dos deputados à Assembleia Nacional, o governo vê-se acossado por esta ofensiva dos ferroviários num momento em que a exigência do reconhecimento do direito à greve vinha sendo agitada nas várias reuniões e comícios políticos da Oposição Democrática. Assim, no campo repressivo, o governo ficou tolhido pela posição defensiva em que se viu colocado,

tanto pela unidade e firmeza da classe ferroviária como pela imediata manifestação de solidariedade dos democratas e das massas trabalhadoras de todo o país. A suspensão de 20 ferroviários, incluindo Firmino Martins, respondeu a classe com milhares de telegramas de protesto, obrigando a empresa à revogação dessa medida.

A demagogia «liberalizante» do governo de Marcelo Caetano foi posta à prova pela ofensiva dos trabalhadores, ficando desmascarada pela forma como as autoridades governativas se colocaram imediatamente do lado dos exploradores contra os trabalhadores, exercendo sobre estes as mais diversas pressões e ameaças, através da «nota oficiosa» e da acção das forças repressivas.

Com a luta dos ferroviários em pleno desenvolvimento, mais uma vez a classe operária se encontrava no centro da luta política pela liberdade, colocando-se na vanguarda da luta do povo português contra a ditadura fascista.

É de salientar ainda a repercussão internacional da greve ferroviária. O VII Congresso da Federação Sindical Mundial que representa 153 milhões de trabalhadores e se encontrava reunida no momento da greve, enviou um telegrama de saudação aos ferroviários portugueses declarando-se «inteiramente solidários com a sua luta».

* * *

A unidade e combatividade da classe ferroviária sai desta importante acção mais reforçada do que nunca. A classe sai confiante da sua força e capacidade para levar por diante novas e mais poderosas acções capazes de forçar o governo e a CP a atender as suas justas reivindicações. A greve de advertência teve fundamentalmente esse mérito, sendo de esperar que o patronato e o governo tenha sabido entender o seu significado.

Se assim não acontecer, estamos certos que

os ferroviários mais unidos e mais experientes com o resultado desta luta, saberão recorrer aos meios capazes de se fazerem finalmente ouvir.

Quanto às lições desta luta, cremos que mesmo aqueles elementos da classe que revelaram menor confiança na força da unidade dos ferroviários e que por isso vacilaram ou manifestaram menos firmeza na luta, terão aprendido que só a unidade combativa de toda a classe frente ao patronato e ao governo lhes poderá trazer a vitória.



De entre as principais experiências e ensinamentos desta greve, cabe destacar a importância que tem o enquadramento por parte da massa dos grevistas, de pessoal (tais como maquinistas, chefes de estação, condutores e agulheiros) que ocupando posições-chave têm de tomar, sob a ameaça de repressão, decisões individuais que podem decidir do êxito da greve. O facto desse enquadramento ter sido feito na Estação do Rossio, contribuiu decisivamente para a completa paralização dessa estação, impedindo-se qualquer partida de comboios. O facto de tal não ter sido feito na estação de Santa Apolónia, permitiu que a PIDE ficasse à vontade para obrigar à partida de dois comboios apesar do pessoal da estação ter aderido todo à greve.

É de destacar também o facto desta luta ter sido decidida numa ampla e representativa reunião de ferroviários, de ter sido organizada e amplamente popularizada com alguns dias de antecedência e da sua duração ter sido fixada

préviamente para um tempo limitado, de acordo com a disposição de luta de classe e condições então existentes para ser travada com êxito. Para este êxito contou também muito a simpatia e solidariedade prestada pela população aos ferroviários em greve.

Alguns pontos fracos e deficiências verificadas nesta greve, tal como a menor adesão de alguns sectores da classe ao movimento, por deficiências de organização e menos consciência de classe, assim como a ausência de piquetes de greve para impedir defeições individuais em pontos-chave, de cujas lições a classe saberá certamente tirar ensinamentos para o futuro, não retiram nada à grandeza e importância do movimento. Esta acção cuja repercussão nacional e internacional não é demais voltarmos a destacar, marca o começo duma nova fase da justa luta dos valentes ferroviários e poderá dar um novo impulso à luta reivindicativa de todos os trabalhadores.

A ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO É O MOTOR DE TODA A LUTA DEMOCRÁTICA E POPULAR DE MASSAS

O poderoso movimento eleitoral, pelo que constitui como força organizada, por aquilo que realizou e pela vitalidade que demonstrou possuir, representou e representa uma grandiosa vitória do movimento democrático e do povo português. Ele revelou potencialidades que ultrapassaram as previsões mais optimistas. O próprio inimigo foi colhido de surpresa, pois já mais admitiu que as magras liberdades do período eleitoral, pudessem provocar uma tal explosão de massas e um tão firme desejo da imensa maioria do povo português de por fim ao fascismo e conquistar a liberdade.

Como é natural, o movimento, ainda que grandioso no seu conjunto não apresentou a mesma combatividade nem a mesma influência de massas à escala nacional. Nalgumas regiões isso deve-se à estagnação política e social nelas existentes. Noutras esse facto está bastante ligado ao oportunismo e caciquismo

de alguns «líderes» democratas que, por medo às massas e preconceitos anticomunistas sonham com tudo menos com uma revolução ou mesmo evolução verdadeiramente democrática. Há porém outras situações em que a fraca movimentação das massas se deve fundamentalmente às fraquezas orgânicas do Partido. É para este último factor que deve ser voltada a nossa especial atenção. Interessa analisar muito rápida e objectivamente estas fraquezas com vista a encontrar os meios de lhe pôr termo ou pelo menos de as atenuar. Sem se fazer isto não se conseguirá dar ao conjunto do trabalho do Partido o impulso que ele necessita, nem se conseguirá concretizar no terreno prático as resoluções do C.C., tanto no que se refere ao reforço da organização do Partido, como à organização da classe operária, da juventude, das mulheres, etc.

É urgente e imperioso alargar e reforçar a organização do Partido

Apesar da organização do Partido estar debilitada em alguns sectores mesmo assim uma das conclusões que mais clara e rapidamente salta à vista de toda a gente, é que, o dinamismo e combatividade do movimento democrático não teria sido possível sem a participação activa dos militantes e simpatizantes comunistas. Do mesmo modo se pode constatar

que sem essa mesma participação no movimento eleitoral, sem o prestígio do Partido ganho através de dezenas de anos de luta abnegada contra o fascismo, o movimento não teria ganho a amplitude que ganhou.

Todavia, a par desta conclusão, o nosso Partido não pode deixar de tirar esta outra. Se apesar das dificuldades e debilidades orgânicas

cas o Partido pôde mesmo assim contribuir tão substancialmente para dinamizar e alargar o movimento de massas, que se podia ter feito se em vez disto dispusessemos duma forte organização profundamente enraizada nas massas, em todos os principais centros e empresas industriais? Esta pergunta não pôde deixar de ser feita por cada organismo e militante do Partido. Porém, mais ainda que a pergunta o que interessa é que a resposta não fique no terreno de constatações abstractas, mas que se traduza em medidas sérias e objectivas para criar no mais curto prazo uma organização incomparavelmente mais forte e ligada às massas. Isto significa que um dos objectivos mais imediatos a alcançar por todos os organismos e militantes tem de ser o de recrutar para o Partido o maior número de trabalhadores, homens, mulheres e jovens, assim como outros activistas que se tenham destacado pela sua combatividade e coragem, pela sua ligação com as massas e espírito de classe.

Enraizar mais profundamente a organização do Partido entre a classe operária tem, pois, de encarar-se como tarefa imediata. Mas nesta tarefa tem ainda de ser dado um lugar especial à juventude trabalhadora. Quer dizer, é necessário que em cada empresa ou classe profissional se procure recrutar o maior número de jovens dos que mais se têm destacado pela sua combatividade.

Ao longo do primeiro ano de governo de M. Caetano, a juventude não só, não se iludiu com a demagogia «liberalizante», como se têm mantido na vanguarda da luta pelas liberdades democráticas, por melhores condições de vida, contra a guerra colonial, pela reforma do ensino, etc. Também neste período «eleitoral», a

adesão da juventude trabalhadora e estudantil ao movimento democrático nos distritos onde a movimentação de massas foi mais intensa, contribuiu poderosamente para dar ao movimento o dinamismo que nele se revelou.

A participação massiva dos jovens nesta campanha «eleitoral» apesar de todas as pressões esquerdistas e capituladoras, exige que se reforce a confiança na juventude, exige um esforço cada vez maior para atrair às fileiras do Partido elevado número de jovens. Quem tem a juventude tem o futuro, e a imensa maioria da juventude mais uma vez demonstrou que está com o Partido, que está com todos aqueles que desejam ver instaurado em Portugal um regime verdadeiramente democrático.

A longa experiência do nosso Partido ensina que é nos períodos de mais intensa movimentação de massas que se abrem mais amplas perspectivas de alargamento e reforçamento da organização. Contudo, é preciso também não esquecer que é nestes períodos que o inimigo tenta infiltrar os seus agentes nas fileiras antifascistas incluindo nas do Partido.

Embora tenhamos necessidade de recrutar centenas, milhares mesmo, de novos militantes, nem por isso devemos esquecer a necessidade de aguçar o espírito de vigilância em todo o Partido para impedir que nele se infiltrem agentes provocadores ou elementos estranhos à ideologia da classe operária. As fileiras do Partido devem ser chamadas as pessoas honradas que se integrem na linha do Partido, aceitem a sua disciplina e estejam dispostas a lutar consequentemente contra o fascismo, pela liberdade, por uma vida digna para todos os portugueses.

É preciso religar as organizações desligadas e alargar a organização e influência do Partido

Um dos problemas orgânicos que se tem revelado dos mais difíceis de resolver, tem sido o de reatar a ligação com as organizações e camaradas que por motivos da repressão, ou outros, perdem temporariamente a ligação com o Partido. Há entretanto duas razões que avolumam estas dificuldades. Uma diz respeito aos camaradas que ficam sem contacto; a outra, aos organismos e camaradas responsáveis pelos sectores desligados que, nem sempre uns e outros, fazem os necessários esforços para reatar prontamente as ligações, como determinam os Estatutos do Partido.

Nos últimos tempos têm-se dado alguns passos na religação de organizações desligadas, no entanto esses passos são ainda muito reduzidos. Porém, o problema não é só o de reatar a ligação com os camaradas desligados, mas con-

seguir que estes não fiquem inactivos perante a perda de contacto. Um comunista tem de ser por natureza um homem de acção, já que a qualidade de militante comunista não se afirma naquilo que se diz mas naquilo que se realiza. Ainda que haja muito a fazer para que cada camarada tenha perfeita noção das responsabilidades que contrai ao ingressar nas fileiras do Partido, convém no entanto salientar que neste terreno se deram passos muito importantes. Quer dizer, aquilo que há algum tempo constituíam casos isolados, de camaradas e organizações que mesmo desligados por longos períodos continuavam a manter uma actividade mais ou menos regular, esforçando-se para aplicar na prática a linha do Partido, aquilo que eram casos isolados, dizíamos, transformaram-se no último período «eleitoral» qua-



se numa regra normal do trabalho. Aliás, só isto explica que o movimento «eleitoral» se tivesse alargado a todos os distritos do Continente.

São de realçar entre muitos outros, os exemplos dos camaradas dum sector que apesar de lá muito desligados tomaram a iniciativa de organizar o movimento «eleitoral» tendo a preocupação de o radicar na classe operária, criando comissões nas principais empresas. Com a sua acção estes camaradas deram ao movimento «eleitoral» e à movimentação de massas numa vasta região, uma expressão que nunca teria sido possível sem a sua iniciativa. De aplaudir também a iniciativa de outros camaradas que encontrando se desligados resolveram não apenas ligar-se ao movimento «eleitoral», como orientar na mesma direcção outros camaradas que conheciam ou contactavam e se encontravam igualmente desligados, procurando que cada um deles nas respectivas classes criasse comissões eleitorais. O esforço destes camaradas teve a maior importância para impulsionar a formação de comissões profissionais no sector. Com um camarada desligado há vários anos, conseguiu-se finalmente restabelecer o contacto. A tarefa que desde logo se pensava propôr ao camarada era precisamente a de impulsionar a luta «eleitoral» no seu distrito. Porém, ao contactá-lo verificamos com satisfação que o camarada já tinha começado a actuar, contactando camaradas de outras localidades igualmente desligados. Exemplos destes repetiram-se por todo o país. De qualquer modo o que interessa assinalar é a magnífica prova de vitalidade dada pelo nosso Partido no decorrer de toda a campanha «eleitoral».

Precisamente porque a maioria dos militantes do P. reagiu pronta e positivamente às solicitações da luta, é que interessa analisar aqueles casos de um ou outro camarada que se mantiveram à margem da luta, ou mativeram a mesma rotina no seu trabalho como se nada de extraordinário se passasse. A batalha para ultrapassar os travões, os caciques e todos os que, por uma forma ou outra dificultam o desenvolvimento do trabalho do Partido e a sua ligação às massas, é uma batalha urgente, sem a travar e sem a vencer, não se pode pensar em

dar aquele impulso ao trabalho geral do P. que é necessário dar.

O desenvolvimento crescente da luta popular de massas, o avanço decidido e firme do povo português para a conquista da democracia e da liberdade, exigem que se restabeleçam sem perda de tempo os contactos com as organizações desligadas que se alargue numa escala muito mais ampla a organização e a influência do P.. Porém, para alcançar este objectivo é necessário não apenas restabelecer as ligações perdidas e reforçar a organização, mas é absolutamente necessário também fazer o máximo esforço para que cada organismo ou camarada, compreenda a necessidade de actuar regularmente, independentemente de ter ou não ligação com os organismos imediatamente superiores. É preciso tomar audaciosamente a iniciativa esforçando-se cada um no seu sector para aplicar a linha do Partido, para organizar e desencadear novas lutas da classe operária, para reforçar a unidade de combate das massa trabalhadoras, para recrutar novos militantes e simpatizantes, para impulsionar em todas as frentes a luta contra o fascismo.

A possibilidade de os militantes desligados tomarem a iniciativa, de organizarem e encabeçarem as lutas populares de massas, está facilitada na medida em que esses camaradas estejam atentos à R.P.L. que indirectamente é certo, é uma voz do Partido que vai até eles diariamente. A nossa Rádio não podendo de forma nenhuma substituir o trabalho organizado do Partido, constitui uma arma valiosíssima ao serviço da classe operária e do povo português. De igual modo, a imprensa do Partido pode constituir para a actividade dos camaradas desligados preciosa ajuda. Sendo assim, é preciso que estes camaradas, e não só eles, se esforcem para encontrar os meios de receber o «Avante» e outras publicações do Partido.

Porém, com ligação ou sem ela, ouvindo ou não a Rádio, tendo ou não a imprensa, o que é preciso é que cada camarada se compenetre da responsabilidade que cabe ao Partido e por tanto a cada um dos seus militantes, na acção e condução das massas para a luta contra a exploração capitalista, pela democracia e a liberdade.

A ORGANIZAÇÃO LEGAL DE MASSAS BASE PODEROSA DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO

A importante batalha política que os democratas portugueses acabam de travar no terreno das eleições fascistas foi uma nova prova da importância da organização para o desenvolvimento e sucesso da luta antifascista.

Esta batalha e os êxitos políticos alcançados no terreno das eleições fascistas só foram pos-

síveis porque se soube criar uma importante rede de Comissões democráticas à escala nacional (embora ainda muito longe de bastar), assim como os indispensáveis meios de trabalho, como sedes, aparelho de propaganda, etc.. Se é certo que as maiores atenções e esforços se deviam orientar sempre em primeiro lugar para

os centros mais importantes do País, necessário é reconhecer, porém, que o combate se desenvolveu de maneira muito desigual, tanto à escala distrital, como nacional. E isto foi assim porque a organização de Comissões democráticas não se processou com a intensidade e largueza necessárias em todos os distritos.

Manter firmemente todas as estruturas orgânicas e meios de trabalho criados e, mais do que isso, reforçá-los e ampliá-los é a grande tarefa que se coloca a todos os democratas e, em primeiro lugar, aos comunistas. O movimento democrático só se poderá desenvolver à luz do dia se assentar em estruturas orgânicas sólidas—populares.

As batalhas políticas e sociais que se avizinham—lutas reivindicativas eleições sindicais, recenseamento eleitoral com vista às próximas «eleições» para as Juntas de Freguesia, comemoração do 1.º de Dezembro e do 31 de Janeiro, a continuação e desenvolvimento das que se vêm travando pela libertação de todos os presos políticos e amnistia total, pelo termo das guer-

ras coloniais, pela abolição da censura, pela liberdade sindical e o direito de greve—implicam a necessidade de formas de organização próprias e até a criação de movimentos específicos à escala nacional.

Uma das tarefas mais urgentes e importantes que todos os democratas unitários e em primeiro lugar os comunistas, têm à sua frente, é a de assegurar a marcha do movimento democrático, impondo a sua legalidade pela força da sua unidade, organização e acção de massas. Para alcançar esse objectivo tão desejado pela maioria do nosso povo, é condição indispensável, manter, reforçar e alargar audaciosamente as estruturas orgânicas criadas antes e durante o período «eleitoral», adaptá-las à situação presente e às novas tarefas que se lhes colocam, criar outras estruturas e ligar a actividade de todas elas às massas populares, continuando a aplicar e desenvolver os processos democráticos de trabalho que tão bons resultados alcançaram.

A organização decide tudo

A experiência mostrou mais uma vez que, depois de traçada uma orientação correcta e definidas as tarefas práticas a realizar, é a organização que decide tudo. Se esta não existe, ou não se cria imediatamente, tanto a orientação como as tarefas serão simplesmente letra morta. Tal realidade de novo se revelou aos olhos daqueles que mais directamente estiveram envolvidos nos combates pela liberdade no terreno «eleitoral». Só teimam em não querer ver aqueles que esperam alcançar de mão beijada a Liberdade e a Democracia ou por meio de umas tantas exposições mais ou menos incisivas aos chefes do Estado e do governo.

Lá onde, há cerca de um ano, os democratas souberam criar, manter e defender corajosamente as suas Comissões democráticas; lá onde a juventude, trabalhadora e estudantil, e as mulheres organizaram com alguma antecedência reuniões e colóquios para expor e debater os seus problemas em ligação com a situação política actual e criar paralelamente um mínimo de estruturas orgânicas para coordenar a sua actividade; lá onde se vinham desenvolvendo acções reivindicativas de vários tipos tendo a orientá-las e a coordená-las Comissões de Unidade e outras formas de organização; lá onde os trabalhadores levaram a efeito reuniões mais ou menos largas para debaterem os seus problemas de classe ligados à situação política que se vivia; lá onde se confiou na força inesgotável das massas populares e se aplicaram processos democráticos de discussão e decisão—lá onde tudo isto teve lugar, o movimento democrático rompeu com maior força e

dinamismo, desenvolveu-se e alargou-se com mais rapidez.

Vencendo as dificuldades de várias espécies que o governo e autoridades fascistas lhe puseram no caminho logo que abriu o período «eleitoral», o movimento democrático pôde começar imediatamente a realizar muitas das tarefas práticas que a situação exigia, dentro da orientação traçada anteriormente, quer nas reuniões à escala dos distritos, quer nas reuniões nacionais de delegados das Comissões democráticas distritais. Desta forma, pôde organizar com relativa rapidez uma ampla rede de novas Comissões democráticas nos locais de trabalho e de estudo, de freguesia e concelhias, profissionais, de jovens e de mulheres, absolutamente necessárias para levar a bom termo as mil e uma tarefas, grandes e pequenas, mas todas importantes, que a situação exigia.

Ao contrário, lá onde se partiu do zero, lá onde erradamente se pensara que só após a abertura oficial da campanha «eleitoral» era possível fazer alguma coisa, acreditando cegamente na espontaneidade das massas, os democratas e as massas viram-se privados da arma poderosa da organização, absolutamente indispensável para vencer as dificuldades postas pelas autoridades fascistas e realizar as tarefas que a situação política lhes colocara. Desta deficiência resultou a impossibilidade de se chegar a todos os centros mais importantes dos respectivos distritos e de se desenvolver uma acção política mais eficaz, tanto em amplitude como em profundidade. Desta deficiência resultou ainda que não se puderam aproveitar



em cheio as largas perspectivas que a luta no terreno «eleitoral» oferecia: levar a toda a parte as palavras de ordem do movimento democrático e o seu programa de acção, desmascarar a política antipopular da camarilha marcelista, levantar os problemas mais sentidos pe-

las massas, criando por todo o lado novas Comissões democráticas para levarem avanti, nos respectivos raios de acção, as tarefas práticas colocadas pelo movimento democrático unitário durante e para além do período «eleitoral».

A classe operária e as massas trabalhadoras força vital do movimento democrático

A rica experiência dos últimos meses, e particularmente durante o período «eleitoral» mostrou assim, com toda a evidência, que lá onde as Comissões democráticas que se organizaram souberam ligar-se às massas populares sem sectarismos, a actividade política foi mais intensa e larga, caracterizada por grandes reuniões e colóquios para debate dos problemas nacionais mais cadentes, grandes comícios de massas, propaganda escrita e falada, manifestações várias e organização de novas Comissões democráticas.

Se mais cedo se tivessem vencido os conceitos estreitos de actuação, por um lado, e oportunistas e conciliatórios, por outro, sob a falsa ideia de que o movimento democrático, para se desenvolver, devia assentar em personalidades, mais importantes passos se teria dado. Apesar de não ter tomado a largueza necessária e que era possível, a participação activa e organizada da classe operária e das massas trabalhadoras em várias zonas industriais e camponesas deu a força a coesão, o dinamismo e a combatividade de que o movimento democrático carecia para ganhar a simpatia e o apoio activo das largas massas populares e impôr-se à camarilha governante como um movimento de opinião que já não pode ser ignorado nem menosprezado.

Os grandes comícios e reuniões de Almada, Moita, Baixa da Banheira, Alhos Vedros, Pinhal Novo, Montijo, Marinha Grande, Alpiarça, Bobadela, Santa Iria, Vila Franca de Xira, Porto e muitos outros, de menor grandeza (por falta de recintos), realizados em Moscavide, Baixo Ribatejo, Amadora, Pero Pinheiro, Lisboa, Guimarães, Porto, Alcanena, etc. mostraram à evidência que a classe operária é a força dinamizadora do movimento democrático.

Apesar da burla do recenseamento, no qual na prática, os operários e a grande maioria dos

trabalhadores da cidade e do campo não estão inscritos isto sem falar já nas outras falcatuas fascistas, foi precisamente em zonas industriais ou de concentração de trabalhadores rurais que a Oposição democrática mais se afirmou, quer batendo a «União Nacional» (nos concelhos do Barreiro, Moita e Alpiarça, e nas freguesias da Cova da Piedade, Amora, Corroios, Pinhal Novo, Sarilhos Grandes, Póvoa de Santa Iria, Santa Iria, Alverca, Tojal, quer alcançando as percentagens mais elevadas (Seixal, Montijo, Vila Franca de Xira, Marinha Grande, Guimarães, e no conjunto distrital de Setúbal e Lisboa). E isto não sucedeu por acaso. Sucedeu porque os trabalhadores unidos, firmes, organizados e vigilantes, souberam mobilizar as massas e impôr a sua própria fiscalização naquelas localidades. Tal facto coloca perante nós, comunistas, novas e maiores responsabilidades tanto no terreno da organização democrática legal como no terreno da organização das massas trabalhadoras para dirigir e coordenar as lutas reivindicativas nas empresas e nos sindicatos, como, e acima de tudo, no terreno da organização partidária, que precisa de ser fortalecida e alargada simultaneamente com espírito de responsabilidade, audácia e confiança nos novos combatentes que a luta revelou.

Ter bem presente esta realidade, com tudo o que ela implica de responsabilidade, será já um passo andado pelos militantes comunistas para prosseguirem, ainda mais confiantes, firmes e esforçados do que antes, a tarefa de ajudar a classe operária e as massas trabalhadoras a criarem as formas de organização legais à escala de fábrica, de local de trabalho, zona, região e nacional, para dirigirem e coordenarem da melhor maneira a acção política e social legal dos trabalhadores.

A UNIDADE SEM DISCRIMINAÇÕES NA LUTA PELA LIBERDADE É UMA ARMA PODEROSA E POSSÍVEL DE ALCANÇAR

Nenhum perigo maior ameaça neste momento o movimento democrático que o poderem considerar-se as «eleições» para a Assembleia Nacional como o objectivo supremo da actual fase de luta e poder considerar-se que, realizada a previsível burla «eleitoral», a iniciativa política e a acção legal da

Oposição ficam esgotadas.

O governo faz um sério esforço, através da propaganda e de ameaças, para criar um tal estado de espírito na Oposição e é certo que procurará de facto, e não apenas em palavras anular os sucessos alcançados no último ano pelo movimento democrático.

co, opôr-se à continuidade da sua acção e organização e reduzi-lo novamente às condições de ilegalidade.

Daí a importância para o movimento democrático, no curto período que resta até às «eleições», de consolidar as posições ganhas no ano decorrido e de assegurar condições para prosseguir a luta para além das «eleições».

O que está em jogo na chamada batalha «eleitoral», não é a alternativa duma maioria fascista ou duma maioria democrática na Assembleia Nacional, uma vez que duma burla «eleitoral» se trata. A alternativa imediata é outra: ou (como pretendem os fascistas) a continuação da privação das liberdades mais elementares, a recondução da Oposição à completa ilegalidade, o regresso ao imobilismo salazarista mesmo que coberto pela demagogia «liberalizante»; ou (como reivindicam os democratas) a defesa do terreno ganho no último ano, o reconhecimento a título permanente da existência legal da Oposição democrática, da sua intervenção na vida política, da sua organização e meios de propaganda e, por esta forma, a abertura duma nova fase da vida nacional, em que se ponha termo ao monopólio político fascista e se abale profundamente a ditadura e as suas estruturas tradicionais.

Este é um objectivo central, imediato, que, nesta fase da luta, a Oposição democrática não pode esquecer um só momento e para alcançar o qual tem de trabalhar com afinco, sentido das realidades, clareza de perspectivas e prontidão de decisões.

A ser alcançado este objectivo, o movimento democrático veria coroado de pleno sucesso todo um período de luta, e conseguiria uma vitória política transcendente, que quase se poderia considerar uma viragem histórica na situação política.

Seria entretanto navegar em ilusões, pensar que a vitória do movimento democrático por estes objectivos imediatos está facilmente assegurada.

O fascismo dispõe do aparelho do Estado, das forças armadas e repressivas, da imensa organização burocrática e administrativa, dos recursos materiais da nação e das vantagens que dá a completa falta de escrúpulos. A potencialidade do movimento democrático reside no apoio popular, na devoção ao serviço dos interesses do povo e da pátria, na força moral e revolucionária que confere uma causa justa. Contra os poderosos meios materiais do fascismo, o movimento democrático, nesta fase, não dispõe de outras armas que não sejam o reforço da sua unidade, a ampliação do seu trabalho de organização, a ampla participação na luta política das amplas massas populares.

Um dos mais importantes factores dos sucessos do movimento democrático no ano decorrido reside na unidade da acção estabelecida entre antifascista de todas as tendências.

O espírito unitário animou a iniciativa para desmascarar a demagogia «liberalizante» de M. Caetano e lhe dar a resposta adequada. Animou as grandes acções de massas da classe operária e dos estudantes que estão na raiz da ampla base de apoio do movimento democrático, da sua dinamização, da sua combatividade, da sua firmeza política.

O espírito unitário animou todo esse grandioso esforço, vindo da base, vindo das oficinas, das localidades, dos sectores profissionais,

para dotar o movimento democrático com um decisivo instrumento de luta que um ano atrás era praticamente inexistente: uma ampla e dinâmica organização agindo à luz do dia e impondo a sua legalidade.

Saudamos calorosamente todos os democratas portugueses nossos irmãos de combate, homens, mulheres e jovens, — católicos progressistas, socialistas, liberais, homens de esquerda — que neste ano decorrido, cerrando fileiras, souberam pôr acima dos interesses de grupo os interesses superiores do movimento democrático no seu conjunto, tornando assim possível que se definissem objectivos comuns a todos os antifascistas, que a Oposição assentasse a sua actividade em métodos democráticos, que se chamassem à acção e organizassem milhares de activistas, que se criasse um amplo, vigoroso e renovado movimento unitário sem discriminações, que se pudessem assim pôr em cheque a manobra demagógica «liberalizante» do fascismo e fazer vitoriosamente frente às tentativas para silenciar a voz da Oposição democrática e popular.

É certo que, desde a incapacitação de Salazar e a formação do governo de M. Caetano, se manifestaram tendências e concepções diversas no movimento antifascista. Uns desmascarando a demagogia «liberalizante» e decididos à acção política antifascista consequente; outros iludidos por essa demagogia e tentados ao compromisso com o regime. Uns voltados para a acção das massas populares; outros para as diligências de bastidores. Uns trabalhando para uma larga organização unitária; outros contrariando tal organização a fim de fazerem prevalecer a presença política das suas pequenas estruturas de grupo. Uns insistindo corajosamente em chamar amplos sectores à luta pelas reivindicações imediatas fundamentais; outros limitando-se a marcar posição e contrariando o alargamento da acção no sentido das massas. Uns defendendo métodos democráticos; outros pretendendo paternalmente impôr caciquismos e impedir participação criadora da base. Uns defendendo a unidade sem discriminações; outros procurando arredar a acção política os sectores de esquerda, considerados como aliados comprometedores aos olhos dos fascistas, ou como incómodos entraves a pretensões hegemónicas. Trata-se de reais diferenças de concepção e de atitude, que não são produto duma conjuntura, antes têm profundas raízes de classe.

No ano decorrido pôs em evidência quais as concepções que se ajustaram à situação e às necessidades da luta e quais as que entravaram e prejudicaram.

Se a Oposição pôde entrar na chamada «campanha eleitoral» como um poderoso e dinâmico movimento, isso deve-se à firmeza no combate à demagogia «liberalizante» dos fascistas,



à defesa intransigente das reivindicações fundamentais do movimento democrático, à crescente ligação da vanguarda com as massas, ao sério esforço de organização, à defesa e consolidação da unidade de vastos sectores antifascistas sem discriminações.

Isso deve-se também a que, no ano decorrido, os profundos sentimentos unitários existentes no movimento, os altos exemplos de unidade dados nas greves operárias e nas lutas dos estudantes e as exigências prementes das massas no sentido da unidade, contiveram, reduziram e neutralizaram em larga medida as tentativas de certos sectores, mais concretamente da Acção Socialista e mais precisamente de alguns dos seus dirigentes, para fazerem vingar critérios divisionistas, para arredarem da luta legal os comunistas, para impedirem a formação dum largo movimento apoiado nas massas, para alcançarem uma legalidade preferencial e o exclusivo da representatividade da Oposição.

Curioso foi ver e ouvir alguns daqueles que ao longo dum ano inteiro levantaram toda a espécie de obstáculos à unidade, declararem-se ostensiva e veementemente por ela, no preciso momento em que espectacularmente a quebravam. E revelarem novamente pretensões a uma situação preferencial fazendo ao movimento unitário acusações susceptíveis de darem pretextos ao governo para contestar a sua legalidade. E apresentarem em três distritos candidaturas dissidentes sob a sigla de comissões que se intitulam de «Unidade Democrática». Mesmo para olhos desprevenidos, isto não é política de unidade, mas demagogia unitária.

O movimento democrático não se enfraquece antes sai fortalecido, a unidade não se compromete antes é facilitada, expando a natureza, os objectivos e os prejuízos de tal atitude e insistindo ao mesmo tempo, sem quebrar as pontes e procurando pelo contrário refazê-las, em que a desunião de antifascistas só ao fascismo serve e em que a unidade sem discriminações na luta pela liberdade é uma arma poderosa e possível de alcançar.

No momento que actualmente vivemos, os interesses do movimento democrático, o êxito da campanha «eleitoral» a consolidação de posições tendo em vista a luta para além das «eleições», exigem que o fogo das baterias democráticas se concentre no inimigo comum: a ditadura fascista.

Por isso, não deixando de tirar dos acontecimentos as necessárias lições, combatendo as tendências negativas, vigilantes em relação a eventuais acções divisionistas ou à eventual revivescência do colaboracionismo, insistimos em que as divergências não devem emerrar

a luta de toda a Oposição contra a ditadura fascista.

A existência de mais de uma lista da Oposição em três distritos é sem dúvida um mal. Não há porém razões para dramatizá-la. Seria lamentável, se, na campanha «eleitoral», no aproveitamento das condições excepcionais abertas neste período, viessem ao primeiro plano conflitos, choques e acusações entre correntes e candidatos da Oposição. As divergências na análise da situação política, acerca dos objectivos ulteriores, acerca de formas de acção, de métodos de organização, e com mais razão zangas, amós, cortes de relações pessoais, despeitos, não se podem sobrepor ao que há de comum a todos os sectores antifascistas.

Todos os democratas dizem estar de acordo com a plataforma aprovada na reunião de S. Pedro de Moel. Nessa plataforma há reivindicações (como a Reforma Agrária, a nacionalização de todos os bancos emissores, serviços de saúde gratuitos, a resolução pacífica e política das guerras nas colónias na base do reconhecimento dos direitos dos povos à autodeterminação, e várias outras) cuja realização implica uma mudança de regime e sobre as quais existem certamente sérias diferenças de concepção. Tão sérias que alguns que assinaram e em certo momento invocaram essa plataforma se apressam agora a apresentar programas que em larga medida a rectificam.

Há também na plataforma reivindicações de carácter imediato (como o direito de reunião, de associação, de greve, de livre expressão do pensamento e de informação; a libertação de todos os presos políticos e o livre regresso dos exilados; a extinção da PIDE, dos tribunais plenários e das medidas de segurança por delitos de opinião; a autonomia das universidades e associações de estudantes) que constituem objectivos comuns com um mesmo sentido para todos.

Não se devem poupar esforços para que, na luta por esses objectivos, se multipliquem iniciativas dos democratas independentemente das listas que apoiam.

Todos dizem querer a unidade. Que as palavras se traduzam em actos. Que as proclamações unitárias correspondam acções comuns de todos os sectores sem discriminação.

A unidade esteve na raiz dos sucessos dum ano de luta. A unidade é necessária para assegurar novos êxitos nas lutas presentes e naquelas que nos esperam. Que se torne indestrutível a unidade soldada por um ano de luta. Que o movimento unitário, artifice dos sucessos neste complexo período, mantenha firmemente a iniciativa nas suas mãos. E que se procure sempre alargar a acção comum a todos quantos pretendem varrer de Portugal a ditadura fascista.

(Da alocução de A. Cunhal à R.P.L. em 16 de Outubro de 1969)